

A ATUAÇÃO DA ALIANÇA CONSERVADORA NA MILITARIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA: REFLEXÕES A PARTIR DO CONTEXTO BAIANO

Rodrigo da Silva Pereira

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

rodrigossilvapereira@ufba.br

Gabriel Dias dos Santos

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

contato.gds@outlook.com

Introdução

Na batalha pela hegemonia, conceito cunhado por Gramsci (1999), diferentes classes e frações de classes se articulam politicamente para fazer valer suas ideias como norma. Nesse sentido, o presente trabalho utiliza o conceito de "aliança conservadora", criado por Michael Apple (2003), para analisar o avanço do conservadorismo no Brasil e seu impacto na educação. Segundo o autor, essa aliança é composta por neoconservadores, neoliberais, populistas autoritários e a nova classe média profissional. No contexto latino-americano, essa estrutura é reforçada pela tríade histórica entre latifundiários, Igreja e Forças Armadas (Sanahuja; Burian e Vitelli, 2023), que atuaram conjuntamente na disputa por hegemonia e manutenção de suas pautas. O objetivo deste texto, fruto de pesquisa maior em curso, financiada pelo CNPq, é desvelar a formação dessa aliança no solo brasileiro e sua atuação específica no processo de militarização das escolas públicas no estado da Bahia.

Desenvolvimento

O estado da Bahia ocupa a terceira posição nacional em número de unidades escolares militarizadas (Cássio, 2025). O processo de militarização no estado ocorreu de forma acentuada via acordos locais entre o governo estadual e a Polícia Militar da Bahia (PMBA), o que tornou a adesão ao Programa Nacional das Escolas Cívico-militares (PECIM) quase inexistente. Entretanto, o fim do PECIM impulsionou a criação de políticas de militarização locais. É necessário distinguir que, dentro do guarda-chuva da "educação militar", o foco desta análise reside nas instituições públicas de ensino regular



que passam a ter gestão compartilhada através de diferentes acordos, onde policiais assumem funções administrativas e disciplinares.

Na Bahia, identificam-se dois modelos principais: 1) os Colégios da Polícia Militar (CPM), que são escolas estaduais com reserva de vagas (70% para filhos de servidores e 30% para o público geral na capital; 50/50 no interior); 2) e as Unidades de Ensino Municipal Compartilhado (UEMC), fruto de convênios municipais, operando sob o Modelo de Ensino do Colégio da Polícia Militar – Gestão Compartilhada (MCPM).

Em ambos os casos, observa-se a introdução de uma estrutura dual de gestão, na qual a dimensão pedagógica permanece sob responsabilidade civil, enquanto a disciplina é atribuída a agentes militares (PMBA, 2022). Esse arranjo institucional evidencia a centralidade da noção de disciplina como eixo organizador do modelo.

De acordo com o Guia de Gestão Compartilhada (PMBA, 2022), documento que rege as escolas municipais militarizadas, o aumento dos casos de violência nas escolas é a principal razão pela qual as prefeituras demandam a implementação de escolas com este modelo. O controle disciplinar é apresentado como meio de combate à violência escolar, sendo a presença militar vista como uma ação preventiva contra a "indisciplina".

Ademais, o desempenho superior dos CPMs em rankings como o Enem 2024 é utilizado por atores políticos para legitimar a superioridade desse modelo no senso comum. Contudo, nota-se uma disparidade financeira: enquanto os CPMs estaduais recebem verbas do estado e da PMBA, as UEMCs municipais continuam dependentes apenas do orçamento das prefeituras. Este é um ponto crucial, pois diferentes estudos mostram que o desempenho dos estudantes dos Institutos Federais (IFs) em avaliações de larga é superior em relação à rede privada (Dutra et al., 2019; Nogueira; Aguiar e Gisi, 2023). Ou seja, quando se há investimento adequado, interfere-se no desempenho dos discentes.

O termo “qualidade da educação” carrega diferentes significados e está em constante disputa no campo das políticas educacionais (Santos e Pereira, 2024). Sobre a concepção da aliança conservadora sobre o tema, Santos e Pereira (2024, p. 815) afirmam que “a convergência do neoliberalismo e do neoconservadorismo nas políticas educacionais intensifica o controle do trabalho docente e difunde uma concepção de qualidade da educação vinculada a interesses privados”.



Ideologicamente, a militarização integra um projeto hegemônico neoliberal e conservador (Santos e Pereira, 2024). O projeto neoliberal atua fortalecendo narrativas de qualidade educacional baseadas em eficiência e responsabilidade individual, frequentemente atacando a "democratização" da escola por considerá-la um empecilho à ordem (Pereira; Marques; Lima, 2025). Para Wendy Brown, o neoliberalismo tem o intuito de “proteger as hierarquias negando a própria ideia do social e restringindo radicalmente o alcance do poder político democrático nos Estados-nação” (Brown, 2019, p.23). Em outras palavras, este projeto hegemônico, por mais que se utilize de uma narrativa de prosperidade a partir do esforço individual, busca a manutenção do status quo capitalista.

Assim, a estratégia gerencial na educação (Pereira; Marques; Lima, 2025) impõe novos significados ao conceito de gestão democrática, por exemplo: O princípio constitucional que implica um poder decisório horizontalizado se torna uma desconcentração de tarefas como se fosse participação democrática. O poder decisório é centralizado, mas se distribuem as tarefas, como acontece na gestão compartilhada de escolas cívico-militares.

Paralelamente, a aliança entre os setores militares e religiosos cristãos promove uma educação voltada ao controle social e moral. Esse movimento resgata práticas da ditadura militar, como a ênfase no civismo e na obediência, agora reconfiguradas pelo fundamentalismo religioso que combate a suposta "doutrinação ideológica" e pautas progressistas.

Nesse contexto, a aproximação entre militares e religiosos torna-se novamente visível com a militarização da educação pública. A defesa de escolas cívico-militares frequentemente mobiliza discursos que combinam disciplina, ordem e valores morais cristãos. Um exemplo disso pode ser observado em audiência pública realizada em Vitória da Conquista (BA), na qual um líder evangélico destacou a importância de uma educação “baseada nos princípios morais”, ao elogiar a atuação militar no ambiente escolar (CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA – BA, 2024).

Considerações finais



A militarização da educação na Bahia não é um fenômeno isolado, mas parte de um projeto de coalizão conservadora que visa à manutenção do *status quo* capitalista e ao controle social. A escola torna-se um campo de batalha ideológica onde grupos conservadores, sentindo-se ameaçados pelo avanço de pautas progressistas, buscam impor uma educação autoritária e hierárquica. Nesse quadro, a militarização das escolas públicas deve ser compreendida como parte de um projeto hegemônico que articula dimensões econômicas, políticas e culturais.

Conclui-se que a compreensão desse fenômeno exige uma análise profunda da articulação entre a extrema direita, setores neoliberais e lideranças religiosas, cujas estratégias conectam temas sensíveis como segurança e qualidade educacional ao senso comum para tornar sua agenda hegemônica.

Referências

APPLE, M. W. **Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2003.

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA – BA. Audiência pública destacou importância do colégio militar. **Câmara VC**, Vitória da Conquista, BA, 28 ago. 2024. Disponível em: <https://camaravc.ba.gov.br/home/noticia/19944/audiencia-publica-destacou-importancia-do-colegio-militar>. Acesso em: 6 dez. 2025.

CÁSSIO, F. A militarização aprofunda desigualdades escolares no Brasil. In: LOPES, B.; MATIAS, M. (org.). **Educar com liberdade, não com medo: argumentos contra a militarização da educação**. São Paulo: Ação Educativa, 2025. p. 17-26.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

PEREIRA, R. S.; MARQUES, L. R.; LIMA, I. G.. Do programa de classe ao cotidiano escolar: neoliberalismo, gerencialismo e nova gestão pública na educação. **Revista Cocar**, Edição Especial, n. 43, p. 1–17, 2025. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/10924>. Acesso em: 24 mar. 2026.

POLÍCIA MILITAR DA BAHIA (PMBA). **Guia de gestão do Modelo CPM (MCPM)**. Salvador: PMBA, 2022.



SANAHUJA, J. A.; BURIAN, C. L.; VITELLI, M. The rise of the new far right in Latin America. In: PINHEIRO-MACHADO, R; VARGAS-MAIA. **The Rise of the Radical Right in the Global South**. Routledge, 2023.

SANTOS, C. C. F.; PEREIRA, R. S. Neoliberalismo e neoconservadorismo nas políticas educacionais brasileiras. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 18, n. 42, p. 815–831, set./dez. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.22420/rde.v18i42.2229>. Acesso em: 17 mar. 2026.

